

As Lições Chinesas de George W. Bush

Régine Serra

O caso do avião-espião americano retido pela China foi revelador de uma atitude mais confiante da parte de Pequim, que não hesitou em enfrentar os americanos. Mas revelou também que os dois lados sabem mostrar-se pragmáticos quando interesses maiores estão em jogo. Para os europeus a crise foi vista como um teste à nova Administração Bush.

O incidente entre o avião-espião EP-3 americano e um caça chinês F-8, no dia 1 de Abril de 2001, forçando à aterragem de emergência do EP-3 na ilha chinesa de Hainan, no sul da costa da China, é certamente a mais grave colisão nas relações sino-americanas da última década.

Este tipo de incidente — o simbolismo de que se investe qualquer actividade de espionagem entre duas grandes potências conduziu alguns observadores a interrogar-se sobre as premissas de uma nova guerra fria — é revelador do aumento da potência da China, que pode agora permitir-se enfrentar directamente a maior potência global, e mesmo desestabilizá-la - como demonstram os protestos desajeitados das primeiras reacções americanas.

E confirma também a necessidade de favorecer o diálogo num ambiente em que a interdependência económica é crescente. Agora que as concertações e trocas militares entre os dois países, interrompidas depois dos acontecimentos de Tiananmen em 1989, tinham sido progressivamente retomadas apesar dos picos de tensão regulares - citemos, por exemplo, os casos de espionagem de 1999 ou a deserção de um general chinês em Dezembro de 2000 - a nova crise aberta em Abril de 2001 gera um clima de desconfiança e suspeição recíprocas, pouco propício a um diálogo construtivo.

Da mesma forma que as autoridades chinesas tinham sido duramente afectadas pelo bombardeamento da sua embaixada em Belgrado pelas forças da NATO em 1999, esta nova prova de força marcará a política chinesa dos EUA. A vontade das duas partes implicadas de não ir demasiado longe na escalada da crise significa, de certa forma, a vitória do pragmatismo.

Embora o Presidente George W. Bush preferisse, sem dúvida, uma maior firmeza em relação à China, e as autoridades chinesas tivessem revelado uma certa rigidez nas condições de resolução desta crise, tanto o Departamento de Estado como o Presidente Jiang Zemin (que não interrompeu a sua tournée na América Latina) procuraram moderar o clima de tensão. Esta gestão das crises confirma a primazia da defesa dos interesses comuns em detrimento de interesses estratégicos distintos.

A retórica chinesa de desculpas e reparações, que já pudemos observar noutros dossiers de contenciosos, não foi mais do que o instrumento de uma diplomacia chinesa mais segura de si. Ao enfrentar as pressões americanas exigindo a imediata libertação da equipa e a restituição do EP-3, Pequim forneceu um terreno de experimentação prematuro à nova Administração americana. Já abertamente irritada pelo envolvimento público do novo Presidente republicano em favor de um programa de defesa anti-mísseis, a China aproveitou o incidente a 80 quilómetros das suas costas para fazer valer uma paridade estratégica, apresentando um

desafio a uma política americana ainda imatura.

O que mostra o incidente do avião-espião é antes de tudo a vontade das autoridades chinesas de serem tratadas de igual para igual numa zona onde a China tenta marcar terreno, nomeadamente no Mar do Sul da China, através de uma diplomacia do diálogo que se reclama do grande princípio da coexistência pacífica de Deng Xiaoping, e de projectos de desenvolvimento bilaterais que escondem mal um expansionismo progressivo. A lei sobre os mares territoriais chineses de 1992, decretada pelo Governo de Pequim, traça um perímetro chinês aos limites das águas territoriais japonesas no mar da China oriental e das águas malaias no mar da China meridional. E as crescentes actividades de espionagem chinesas avançam sem grandes obstáculos, até às zonas económicas exclusivas dos seus vizinhos, em especial o Japão e as Filipinas.

Desde os acontecimentos de Tiananmen, que valeram à China um curto isolamento diplomático, a política americana em relação a este país tem sido de compromisso e flexibilidade, correndo o risco de parecer ambígua. Regularmente perturbadas pelo dossier dos direitos humanos — e um possível voto de sanções na Comissão das Nações Unidas de Genebra, ao qual os EUA apelaram todos os anos desde 1989 —, pelas negociações tensas para a entrada da China na Organização Mundial do Comércio ou pelo regresso às relações comerciais normais (normal trade relations), ou ainda pelo dossier sensível da venda de materiais militares a Taiwan, as relações sino-americanas progrediram seguindo um calendário cuja previsibilidade descredibilizou muitas vezes pontos de fricção que se tornaram rotineiros.

No final, o isolamento dos EUA em relação a uma possível sanção da política chinesa de Direitos Humanos — violentamente ilustrada na última sessão de Genebra, em Maio de 2001, onde o acusador se viu no banco dos acusados —, a tática diplomática chinesa, assim como a prioridade dada à manutenção dos laços económicos prevaleceram sempre sobre o confronto directo.

O incidente do EP-3 veio perturbar as datas-chave deste calendário e as decisões posteriores relativas a cada um destes dossiers serão reveladoras da vontade de cada uma das partes de restaurar uma relação difícil mas que continua a ser essencial para a estabilidade regional e internacional.

Já em Maio de 2001, a Administração Bush limitou as vendas de materiais militares sofisticados a Taiwan, excluindo por exemplo do "pacote" anunciado os "destroyers" equipados com o aperfeiçoado sistema de radar de luta antiaérea Aegis. Da mesma forma, o Congresso deveria confirmar o estatuto de relações comerciais normais permanentes com a China. E se os EUA perderam um lugar na Comissão dos direitos humanos, isso é tanto o resultado de uma diplomacia chinesa activa iniciada antes do incidente como de um voto europeu particularmente contraditório.

Os parceiros dos EUA mantiveram-se globalmente discretos e mesmo silenciosos durante este novo episódio das relações sino-americanas. Os aliados asiáticos, encabeçados pelo Japão e a Coreia do Sul, optaram pela prudência, com os interesses regionais a dominarem em relação à sua fidelidade à aliança. Na Europa, com a notável excepção do Reino Unido, o mais próximo dos aliados, que desde os primeiros dias apoiou publicamente a posição americana, as intervenções foram muito discretas e privadas. Jacques Chirac, por exemplo, não evocou a questão com o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês Tang Jiaxuan, embora o tenha recebido alguns dias depois do incidente.

Não há dúvida que a qualidade da relação sino-americana é importante para a comunidade internacional, dado o papel preponderante que os EUA têm na região Ásia-Pacífico e as questões diariamente colocadas pelo aumento de potência da China. Mas a ausência de um apoio firme dos aliados europeus tem várias

justificações: em primeiro lugar o incidente é bilateral e tem um carácter excepcional porque pertence ao domínio da espionagem militar. Além disso, as causas do acidente não são suficientemente claras — e provavelmente nunca o serão — para permitir aos aliados tomarem uma posição objectiva. E, por fim, os interesses económicos na China obrigam à prudência.

Curiosamente, as atenções europeias voltaram-se sobretudo para o grande vizinho americano, apanhado em flagrante delito de espionagem que poucos tolerariam num perímetro tão próximo das suas fronteiras nacionais: uma ocasião inesperada para medir a maturidade de George W. Bush e a política externa, e chinesa, da sua Administração. Para os europeus, já irritados com as posições de Bush o Texano em relação ao tratado de Quioto, e pelas do seu secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, contra a Europa da defesa, a gestão do dossier chinês revelou-se um teste crucial à nova equipa.

A inexperiência de Bush em questões de política externa e os seus gestos desajeitados, bastante sublinhados pela imprensa europeia, assim como a ausência de lugares de primeira importância no seio da Administração americana no momento do incidente não facilitaram a coordenação de políticas em relação à China.

As declarações contraditórias do Pentágono sobre a interrupção — ou não — das trocas militares, as posições antagonistas dos partidários do envolvimento ou do "containment" da China mesmo dentro da nova Administração, o empenho firme de Bush na defesa de Taiwan "custe o que custar" em caso de agressão a partir do continente, foram também reveladoras das tergiverções americanas.

A resolução provisória desta crise, simbolizada pela libertação da tripulação americana ao fim de onze dias de negociações, tem uma dupla mensagem. Por um lado, a do primado do bom senso e da diplomacia sobre as tentações de escalada nacionalista dos dois lados, e em particular da parte de Pequim, que conferiu ao seu piloto, a título póstumo, o título de "protector dos mares e dos céus".

Ao confiar a gestão do dossier não ao Pentágono mas ao Departamento de Estado, George Bush decidiu privilegiar os partidários do diálogo em vez dos da ofensiva. Por outro lado, o incidente faz luz sobre a realidade de uma rivalidade estratégica que o Presidente tinha sublinhado, pouco depois da sua chegada ao poder, ao classificar a China como "concorrente estratégico", considerando a "parceria estratégica" defendida por Bill Clinton como prematura. Apesar disso, Bush absteve-se de identificar a China como um adversário.

Terceiro alerta sério em cinco anos, não há dúvida que qualquer novo desentendimento diplomático poderá ser extremamente perigoso para o relacionamento bilateral, tanto mais que os pontos de tensão ultrapassaram o estreito de Taiwan (crise dos mísseis em Março de 1996) para chegarem a Belgrado (bombardeamento da embaixada chinesa em Maio de 1999), transformando-se num confronto directo em Abril de 2001.

Daí a urgência de a nova Administração americana definir uma política chinesa mais coerente. Confrontados com o facto consumado, os EUA conseguiram salvar a face, chegando mesmo a anunciar o recomeço das práticas de espionagem num curto prazo, numa atitude de desafio à China, que tinha posto como condição para a restituição do avião-espião o fim desse tipo de actividade.

Se os EUA querem dar a impressão de não cederem demasiado às exigências de Pequim, não podem, apesar de tudo, permitir-se um novo confronto directo, dado os interesses consideráveis que têm na China. Do mesmo modo, a forte

dependência da China em relação aos investimentos estrangeiros é um amortecedor para qualquer tentação de escalada irreversível. A Europa poderia tirar, habilmente, partido desta nova crise nas relações sino-americanas, confirmando a existência de um terceiro pilar.